

A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: O vale de Campan – estudo de sociologia rural

Ana Cristina Mota Silva

p. 025– 043

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/87696>

Como citar:

SILVA, A. C. M. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 19, nº 1 (2015)

ISSN 2179-0892

A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural¹

Resumo

Este artigo analisa *O Vale de Campan: estudo de sociologia rural*, de Henri Lefebvre. As atribuições de método aparecem como síntese e momento importante da pesquisa primária sobre as comunidades camponesas nos Pireneus, sul da França. A tese principal da contribuição é o movimento do método regressivo-progressivo como sistematização do autor. A crise das categorias, as quais sintetizam o Estado nacional, território, camponeses etc. e suas determinações, revela a reprodução social crítica e contraditória de mobilização da terra e renda da terra, uma contribuição ímpar a respeito das condições históricas sociológicas.

Palavras chave: Método. Estado. Território. Pesquisa primária. Comunidade camponesa.

The contribution of regressive-progressive method in Henri Lefebvre's analysis: Valley of Campan – a rural sociology study

Abstract

The following article analyses Henri Lefebvre's book: *Campan Valley. Study of rural sociology*. The attributions of method appear as synthesis and important moment of primary research about the peasant communities in Pyrenees, south France. Contribution that exposes as its chief thesis the movement of regressive-progressive method as the author's systematization. The crises of categories which synthesizes the national state, the territory, the peasants, etc. and their determinations, unravels the social critical and contradictory reproduction of the soil and soil rent mobilization as an odd contribution respected to the historical and sociological conditions.

Keywords: Method. State. Territory. Primary research. Peasant community.

1 Prefácio escrito em 2007 e não publicado na composição do livro *O Vale de Campan* (Lefebvre, H., 2011).

O vale de Campan num percurso regressivo progressivo da própria obra

No início da década de 1960, Henri Lefebvre realiza pesquisa sobre as comunidades agropastoris nos Pireneus, sul da França. Em 1963, elabora sua tese² de doutorado, *O Vale de Campan: estudo de sociologia rural*. Amadurece longas questões a respeito do estudo da sociologia histórica e, em particular, produz um conhecimento sobre a realidade camponesa sem deixar de contribuir com as demais ciências humanas. Conhecimento que se constitui de proposições, de modo a explicitar no seio de um pensamento filosófico as atribuições do método regressivo-progressivo³ como método de pesquisa e de exposição. Contribui no sentido de esclarecer categorias pensadas em pesquisas pretéritas e aprimora longas especulações de método e objeto colocadas em trabalhos sobre o tema,⁴ o de 1949 “Problemas de Sociologia Rural”, de 1953, “Perspectivas da sociologia rural”.

Nesses dois pequenos textos [de 1949 e 1953] Lefebvre começa pelo conhecimento de uma dupla complexidade da realidade social; horizontal e vertical. Em sua obra essa dupla complexidade se manifesta com mais vigor na eleição do mundo rural como referência inicial mais rica nas implicações metodológicas, pois é o que encerra maior diversidade e maior tensão de tempos históricos e de relações sociais datadas. Não é por isso surpreendente que, filósofo, Lefebvre tenha justamente elaborado uma tese de doutorado em sociologia rural (Martins, 1996, p. 21).

Na última pesquisa sobre a “Teoria da renda da terra e sociologia rural” (1956), Henri Lefebvre busca compreender e criticar a economia política. E mais, as contribuições de autores marxistas para se pensar a questão agrária como crítica às *reformas agrárias*. E, ainda, atenta às desigualdades espaço-temporais desses processos, a exemplo, a revolução de 1789, momento em que a mobilização da terra aparece como um elemento para se pensar a relação entre camponeses e as demais classes (dos burgueses rurais) formadas e em formação, seus conflitos e contradições. Henri Lefebvre não só nos faz compreender o sentido da relação campo-cidade como um processo complexo e contraditório, mas coloca essa mesma relação como possibilidade de acompanhar a *força* de conceitos próprios a essas mesmas ciências, próprios da análise da sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, permite compreender a elaboração teórica desses conceitos como construção crítica constituída a partir da análise da teoria da renda da terra. Henri Lefebvre estude essa questão, como contextualiza Hess (1988, p. 167-168, tradução nossa):

2 Alguns tributos pagamos, outros carregamos conosco ao longo da vida. Este, a “descoberta” dessa tese [desse livro], carrego como dívida, dádiva da professora Amélia Luisa Damiani, que ma[o] apresentou em 1996 e dei-me o prazer de não mais largar. Livro que tem, como seu, o sentido da descoberta. Isso só nos acontece poucas vezes com as coisas boas. O inusitado, estar lá/aqui, síntese do *espírito objetivo* e inquieto das obras que nos formam.

3 Atribuições sobre o método regressivo-progressivo desenvolvido a partir de Marx por Henri Lefebvre podem ser também compreendidas em Lourau (2000). Todavia, longe de particularizar um estudo sobre as comunidades camponesas, o método de análise proposto por Henri Lefebvre nos desafia a pensar o nascimento do urbano e da crise da cidade na sociedade moderna, no instante em que está colocado – método – como proposições de pesquisas sobre os processos históricos e os mais diferentes caminhos para análise do presente. Uma dessas possibilidades se revela na forma pela qual se expressa o urbano como nova forma de sociabilidade (Hess, 1988).

4 Esses textos integram a edição espanhola, *De lo rural a lo urbano* (Lefebvre, H., 1978). No mesmo livro, convém ler outras pesquisas do autor.

Durante anos, então, Lefebvre esteve interessado nessa história de camponeses. Mas não havia encontrado muito bem interlocutores. Escreveu uma obra sobre a “renda fundiária”, mas não encontrou editor. Na questão da renda fundiária, havia as rendas do solo, mas também do subsolo.

Enfim, poder-se-ia vislumbrar a sistematização de uma teoria social sobre a análise das comunidades camponesas, com base no movimento dialético, a qual compreende a realidade efetiva dessas comunidades como condições objetivas de uma *formação social*, sem perder de vista o sentido do processo histórico, como realização desse mesmo tempo. Ou seja, constrói uma análise em que o estudo das comunidades se estabelece na compreensão da relação contraditória destas para com a reprodução social determinada (esta última) pelos sentidos da terra e renda da terra que passam a se estabelecer como centralidade (novas necessidades).

Henri Lefebvre não usa aqui a expressão *formação econômico social*, mas apenas *formação social* de uma realidade em movimento. No sentido de que: “o momento recorrente, analítico-regressivo, precede a um momento histórico-genético, no curso do qual o proceder do pensamento se volta para o atual, a partir do passado desentranhado, apreendido em si mesmo” (Lefebvre, H., 1978, p. 17). Mas já possui formulações pertinentes sobre essa noção com base nos escritos de Marx e Lênin. Contudo, em 1957, Henri Lefebvre escreve *O pensamento de Lenine*, no qual discute *metodologicamente* a noção de formação econômico-social:

Assim, a formação econômico-social é para Marx um todo, um conjunto. O devir é um todo, a tal ponto que os estádios do desenvolvimento (e os conceitos que nos permitem conhecê-los) esclarecem os momentos precedentes. Ideia duma extrema importância, que mostra quanto o marxismo e o método marxista diferem do evolucionismo habitual, que a todo o momento remete as explicações para obscuras e insolúveis questões de origem; mas que mostra também como é que Lenine pôde proceder à análise da sociedade russa, na qual encontrava os próprios “momentos” mais remotos da formação econômico-social (a saber: a comunidade camponesa) [...] (Lefebvre, H., 1975, p. 192).

Para Martins (1996, p. 17), trata-se de compreender a totalidade social, ou seja, a constituição de um processo social: “A noção de formação econômico-social em Marx e Lênin tem duas dimensões: ela designa tanto um segmento do processo histórico – a formação econômico-social capitalista – quanto o conjunto do processo histórico”. E esclarece:

[...] autores clássicos como Marx e Lênin a empregavam em relação à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo, mas em relação a uma região determinada ou a um país determinado. O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento econômico desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista e sim o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade (Martins, 1990, p. 2-3).

As fontes e a exposição: a geografia francesa na produção de *O Vale de Campan*

Desse modo, para Henri Lefebvre o estudo da sociologia histórica requer um movimento dialético entre a pesquisa apoiada sobre a história e aquela sobre a realidade sociológica. Esse movimento consolidou a síntese espaço-temporal desta pesquisa apoiada num período de longa duração, de modo que a ideia de longo aparece aqui como um processo histórico cumulativamente pensado diante do que a *formação de uma sociedade*, a partir de uma organização tradicional nos moldes das práticas primitivas, está como primeiro momento na análise do autor. Contudo, esta análise evidencia que esse momento se põe, a todo instante, como uma realidade em conflito, o que anuncia no aprofundamento da pesquisa momentos contraditórios no decorrer do processo social.

Isso se contrapõe a um pensamento que vê nas comunidades agropastoris simplesmente formas primitivas e estáveis de comunidades rurais. Outros momentos desta obra virão como contraposição e redefinição do que significou as comunidades agropastoris pensadas como comunidades rurais e determinadas pelo seu meio. Aqui inserimos a importância do mapa sugerido a seguir. Ele mostra a relação entre altitude e roteiros de viagem, como elementos da territorialização das comunidades em conflitos. O Mapa I nos aproximaria dessa interpretação do autor, localizando os fenômenos naturais como territórios e luta. As altitudes e localizações em relação a elas, territórios divididos, acessos privilegiados em que as gargantas dos vales eram objetos de disputa. A história e a sociologia estão relacionadas nessa natureza social da situação do Vale de Campan.

Explicitemo-nos, a síntese corresponde a que esse mesmo movimento consegue, simultaneamente, mediante o período pesquisado, atravessar e compreender a formação social como o entrecruzamento de momentos dessas mesmas formações, de relações econômicas e sociais, na medida em que esta exige, para sua explicação, conteúdos próprios de cada período e, assim, a compreensão das formas que se antepõem e que também se encontram pressupostas. Na relação entre sociologia e história, o território e a natureza detêm um papel importante na reprodução presente, assim como outras formas desse comunal.

Ademais, a escolha de um processo quase milenar como conteúdo desta pesquisa e as contribuições postas acima, e posteriormente apontadas, demonstram uma apropriação do método proposto e constituído pelo autor. Qual foi? A incorporação, na tese, de séculos de pesquisa, aparece menos como sucessão desses séculos, formações, períodos e fatos que como negação de investigações já consolidadas para a sistematização de um método científico, de pesquisa nas ciências humanas sobre essa temática e questiona a ideia de etapas históricas. Busca, então, reconstituir a reprodução no tempo histórico, mas como percurso *analítico-regressivo*, ou seja, há uma atualidade do comunal e vice-versa ao moderno. Como bem pensou Martins (1996, p. 21), ao empreender:

[...] a reconstrução de mil anos da história de uma aldeia nos Pireneus franceses para reencontrar nela persistências revolucionárias e o sentido de confrontos políticos centenários [...] que não seriam identificadas a partir de procedimentos decorrentes da ideia de etapas e sucessões de etapas históricas.

Mapa 1 – Vale de Campan e áreas circundantes



Dir-se-ia que a grande inversão posta nessa tese é o fato de que consegue reunir, a partir da pesquisa nas fontes primárias expostas ao longo do texto, as mais diversas contribuições de diferentes autores para esclarecer questões acerca dessas comunidades, suas qualidades inclusive naturais de altitude e pastagens, por exemplo, as condições histórico-sociológicas nas quais essas qualidades aparecem, oferecendo ao leitor a possibilidade de uma contraposição desta realidade presente nesta documentação. Assim, a possibilidade de uma nova interpretação dessas fontes e da pesquisa, e, portanto, de uma possível negação – novas interpretações – da formulação metodológica proposta pelo autor e com base na exposição documental exposta na tese. Contudo, esse método de análise e exposição em direção ao fundamento (Hegel, 1995) escolhido pelo autor nos põe esses elementos antepostos como históricos, mas, nos coloca diante da seguinte pergunta: estaria o autor inconsciente da exposição de suas teses principais? Não. E isso foi o que nos fez pensar a intrínseca relação do caminho da pesquisa e o de suas teses expostas.

Essa inversão, mais do que o simples caminhar da tese, realiza-se como o mais puro movimento (compreensão) dos processos históricos, como síntese dialética de um caminho incomum para a época e, acima de tudo, inovador, o qual retira a positividade até então colocada na análise das comunidades agropastoris como comunidades rurais e coloca o acento na reconstituição das condições objetivas postas nas mesmas, nas formas de reprodução social ao encontrar o camponês, o proletariado, os burgueses rurais, etc., como frutos de contradições. O autor expõe:

[...] não existe ciência sem objeto e sem objetividade; toda teoria histórica e sociológica que quer ser uma ciência deve estabelecer a realidade de seu objeto e definir o método que permita abordar este objeto. O materialismo dialético responde a esta dupla exigência do pensamento científico. Estabelece a objetividade econômica sem hipostasiá-la; situa a realidade objetiva da história mas já a supera (Lefebvre, H., 1971, p. 111).

Henri Lefebvre encontra as comunidades agropastoris como negação dessa positividade, pois, que têm como reprodução social a realização das práticas de uso comum como práticas milenares, na efetivação do agricultor e do pastor a subsistir como síntese camponesa ameaçada a se reproduzir somente no conflito, ou seja, na luta permanente para a manutenção do domínio de uso comum do território.

Por sua vez, as expõe nas lutas incessantes, seja, jurídica como ainda espacialmente, conquanto, como prática social duma territorialização que se efetiva pela redefinição da terra como propriedade privada da terra.

Suas fontes primárias são compostas também de uma documentação etnográfica: inventários dos arquivos comunais; arrendamento em feudos de 1096, 1470; sentença de 1328; transações (de 1449, 1446, 1602, 1665); regulamento das antigas comunas de 1699; processos; cessão de 1663; sentença judicial; registros do conselho do Estado; deliberações ao longo de 1700, por exemplo, a de 1759. Parte desses documentos em pergaminho, às vezes em péssimas condições de conservação; moção e petição; relatos de viajantes e relatórios de antigos funcionários, dentre outras. Documentos que requerem o conhecimento do latim, bernês, basco, céltico e, sobretudo, se pensado no âmbito da vida agropastoril, do vocabulário sobre estes conteúdos sociais em que é possível apreender o nascimento de determinadas noções que, ao longo de uma maior divisão social (espacial) do trabalho e das condições históricas a que estão submetidos, ganham forma e conteúdo diferenciados. É possível observar como algumas atribuições só pertencem àquele momento e período, sendo necessária para isso uma apropriação desse vocabulário. Um exemplo importante pode ser vislumbrado no significado da palavra pastor (*pâtre* e, depois *berger*) que ganha especificidade na mudança das práticas socioespaciais camponesas.

A reprodução de tais noções, em alguns casos, *ipsis literis*, tornar-se-á, para o próprio Henri Lefebvre, uma necessidade. Contudo, não cabe reconstruir a *história "factual"* a partir de suas fontes, aqui etnográficas; os eventos potencializados na pesquisa referem-se à vida econômica e social dessas comunidades e reafirma o recorte vertical e horizontal aos objetivos iniciais propostos pelo autor: "Recordemos aqui os fatos somente em sua ligação com a história econômica e social da comunidade" (Lefebvre, H., 2011, p. 203).

A essas primorosas fontes primárias, poder-se-á reunir a pesquisa nos *Cahiers de Délibération*, que revelam o elemento jurídico na comunidade. “São essencialmente, os ‘Cahiers de délibération’ que fornecem os documentos sobre a vida interior e concreta da república pastorel, em luta secular por sua integridade e sua autonomia” (Lefebvre, H., 2011, p. 125). Contudo, o autor também expressa a leitura fastidiosa, a ausência de datas e a rapidez da redação a que passam a se submeter esses *Cadernos*. E, por último, a pesquisa no *Livro de Derrama*, o qual comporta documentos sobre a terra e a estrutura social da comunidade.

É nesse livro que o autor acompanha a mobilização (alienação, venda e compra) da terra e dos imóveis no Vale. Em meio ao século XVII é possível observar no livro a extrema flexibilidade na transmissão da propriedade praticada em Campan. Essa mobilização contida nesse documento, ao longo dos séculos será redefinida espaço-temporalmente, e se efetivará diariamente, “o que prova que a mobilização da terra se acelera e as mutações⁵ se multiplicam” (Lefebvre, H., 2011, p. 257). Fenômeno próprio de uma sociabilidade determinada pelos sentidos do moderno e da modernização o qual descontinuamente materializa novas formas acumulativas.

Vista a importância que teve a pesquisa em *O livro de derrama* para a compreensão da propriedade da terra nas comunidades pirenaicas francesas, há ainda outras fontes primárias na França em que é possível, segundo Pierre George, acompanhar os momentos de desenvolvimento da propriedade, por exemplo, a pesquisa nas plantas cadastrais:

[...] o estudo da propriedade é efetuado na Europa Ocidental e particularmente na França, a partir dos cadastros. As plantas cadastrais, existentes na França a partir do Primeiro Império, revistas em intervalos mais ou menos longos, proporcionam uma imagem fiel da divisão parcelar e das linhas gerais da utilização do solo (culturas, pastos, cerrados e baldios). A consulta das plantas cadastrais ou parcelares, e dos registros descritivos apontam o nome e o domicílio do proprietário de cada parcela, permite uma análise precisa da estrutura da propriedade de cada parcela estando indicadas nos sucessivos registros. A análise do fracionamento da propriedade enseja a transição do plano quantitativo para o plano qualitativo (George, 1979, p. 22).

Na tese, a influência de outras escolas das ciências humanas é pertinente. Inicialmente, pode-se pontuar a forte presença da Geografia Francesa. Contudo, não diria que essa presença se realize sem colocar em embate determinados conceitos. Isto acontece no instante em que o autor define a formação social muito antiga, quase primitiva, dessas comunidades, mas que em nenhum momento foram determinadas por seu *gênero de vida*, ou possuindo na sua constituição um *gênero de vida* próprio, ou determinadas por seu meio. Pelo contrário, essas comunidades estão organizadas como contraposição a esse último.

Esse momento é importante, pois, embora o autor se contraponha à geografia de Vidal de La Blache (1845-1918), fá-lo à luz dos desdobramentos da pesquisa, perante suas condições objetivas. E, ainda, dos escritos alemães de Friedrich Ratzel (1844-1904) em que tanto a questão do território como a necessidade de constituição do Estado estarão presentes no plano do estudo das comunidades, mas utilizando-se destas últimas como seu fundamento.

5 Os direitos de mutação referem-se a aluguéis e vendas: *capsos*.

Sendo assim, sua Antropogeografia [de Ratzel] não deixa de apontar de uma forma explícita, a importância da constituição territorial a partir de uma história inicialmente natural. [...] esta sua obra, considerada como o marco do nascimento, do que posteriormente denominou-se Geografia Humana, não pode ser compreendida sem o seu devido caráter político. [...] A sociedade estabelece o seu território como forma de satisfazer suas necessidades mais imperiosas, dentre elas, a de alimentação e moradia. Quanto maior o vínculo entre sociedade e solo para a realização deste objetivo, maior a necessidade de se manter ao solo. É aqui que se justifica, na teoria ratzeliana, a presença do Estado. Este tem por finalidade a proteção do território. [...] o incremento do território não deixa de ser um incremento do Estado, que adquire em Ratzel a condição de um organismo vivo [...] (Alfredo, 2000, p. 8.).

A criação do Estado se faz quando a comunidade se vê ameaçada, busca-se, então, uma organicidade. No caso da tese em questão, nasce quando a *comunidade agropastoril* está em destituição, mas, contraditoriamente, forma de reprodução social. A partir daí o comunal efetivo transforma-se em representação. Efetividade negativa que reafirma a potência do Estado como momento do social oposto ao comunal.

Contradição que expõe o sentido analítico da dialética em Henri Lefebvre. Embora o autor supere esses conceitos, pontuando o conceito de território como momento de luta entre essas comunidades e, assim, de territorialização espacial como estratégia desta reprodução social, outras pesquisas sobre os Pireneus também já haviam materializado fontes de cunho histórico-geográfico, a contar com os volumes de *Les fondements de la géographie humaine*⁶ e *Les Pyrénées* (1946), de Maximilien Sorre (1880-1962), Le Play (1855), dentre outras. Isso não deixa de expressar a forte presença dos conceitos geográficos da Escola Francesa. Assinalemos também o aporte considerável da escola da geografia humana, e ainda:

Na França, foram os historiadores e geógrafos que iniciaram o estudo da realidade camponesa. Hoje, seus trabalhos devem ser reconsiderados, concretizados e integrados ao mesmo tempo em uma concepção de conjunto com que só a sociologia pode contribuir, concebida como estudo da totalidade do processo social e suas leis (Lefebvre, H., 1978, p. 23).

Com relação à pesquisa de Le Play, Lefebvre (1978, p. 22) assinala:

Le Play sonhava em restaurar as comunidades tradicionais, familiar e do povo, já então em plena dissolução. Dedicado ao estudo destes fatos sociais nos Pireneus, teve a ousadia de propor como norma e modelo uma família de quinze pessoas (os Melouga, de Cauterets) que residiam em uma moradia [*vivienda*] de três cômodos [*habitaciones*] e consumiam três quilos de açúcar e cinquenta litros de vinho anualmente. A ambiguidade da ideologia reacionária aparece com toda evidência em obras deste estilo [...]. Apesar destes defeitos, em alguns aspectos,

6 O primeiro volume data de 1943, o segundo de 1948 e o último de 1952 (Megale, 1984).

as monografias de Le Play são modelares. O pressuposto da família Melouga – documento que se contrapõe [*se revuelve*] ao próprio autor – não foi superado no que se refere à precisão e minúcia nas observações sociológicas.

Destarte, Henri Lefebvre enfatiza que está se referindo a uma “comunidade agropastoril” e não a um “gênero de vida” agropastoril. E, adianta, “Nada nos provou a existência de um gênero de vida estável” (Lefebvre, H., 2011, p. 186). Essa crítica, por outro lado, também incorpora os autores que identificaram certa imobilidade na reprodução social camponesa, totalidade fechada. Fato que deve ser pensado a partir de sua relação, por exemplo, (sul da França) com o (*centro econômico e político*). Isto é, as formas particulares de reprodução social e sua universalização.

Encontramo-nos diante de um grupo social de evolução lenta, mas sempre em mudança, seguindo as injunções da história geral (ainda que com lentidão e atraso). Encontramo-nos diante de uma história; esse grupo social fundado a um nível inferior das forças produtivas sobre uma combinação elementar da agricultura e da criação. Mas essa combinação se transformou. A divisão do trabalho se modificou e, da mesma forma, as relações de propriedade. Nada aí é isolado, nada aí é específico. Nada se formula puramente em função do meio e tudo em função da história (Lefebvre, H., 2011, p. 186-187).

É importante observar como o autor põe elementos novos na análise: as relações de propriedade se transformam e no seu interior novas relações econômicas sociais se efetivam e isto retira qualquer relação de estabilidade posta nessas comunidades. As relações de produção e as forças produtivas desenvolvem-se em momentos numa combinação de relações, a exemplo, a agricultura e a criação. Contudo, transformam-se contraditoriamente na reunião de formas arcaicas e modernas de reprodução social.

O método de Lefebvre revela elementos que fazem trepidar a história social dessas pesquisas sem cometer a anacronia de apontar um processo de *reificação* e mesmo de uma produção de mercadorias. Diria que captou nas suas fontes primárias aquilo que Pierre George (1979) argumenta como o salto qualitativo na pesquisa. Ao reconstituir um processo social concreto no seu movimento interno (Lefebvre, H., 1971), sua forma particular de exposição revela uma crítica em movimento, viva, a algo que estava sendo produzido. Uma crítica à naturalização das condições objetivas da totalidade social posta nas pesquisas de autores contemporâneos – década de 1960 – como crítica à abstração das condições históricas daquele momento. A natureza: pastagens, inverno, verão, altitudes, gargantas, estavam sempre sob o sentido social que as disputas territoriais revelavam. Condições que não foram abstraídas por Henri Lefebvre. Estas, quando da sua negação positiva, corre-se o risco de se distanciar das questões metodológicas.⁷ A crítica refere-se ao primitivismo⁸ como negação da história real.

7 Giannotti (1997) refere-se à crítica de Karl Marx aos economistas e acrescenta elementos para se pensar a especificidade do modo de produção capitalista; nesse sentido, concorda com a crítica aos que fizeram abstração da história (produção) nas suas formulações.

8 Essa crítica de Lefebvre (2011) refere-se mais diretamente aos historiadores pré-científicos do campo francês.

Esse seria então um dos momentos dessa influência e da relação do Vale de Campan com a geografia francesa de seu tempo. Outro está presente na apropriação primorosa da pesquisa em que lentamente o Vale de Campan aparece de forma íntima e sublime,⁹ seja por meio da incorporação de outros escritos, já identificados, seja também nos detalhes descritos do próprio autor. Momento em que a geografia aparece na sua unidade na relação física humana e ganha qualitativamente elementos novos de análise, formas particulares de abordagem, mediante essas contribuições. Fato que pode ser observado em várias passagens da tese. Esses momentos não poderiam deixar de ser pontuados, contudo, há outros, ao longo da tese, que ficam para os pesquisadores curiosos. Um primeiro refere-se aos extratos das cadernetas de viagem de Ramond (1931¹⁰ apud Lefebvre, H., 2011, p. 31):

Mas, como em um belo quadro, onde os efeitos particulares são conduzidos à unidade do efeito geral, todas essas nuances se fundem na deslumbrante cor do conjunto e não se saberia escolher entre essas belezas diversas que reúnem em uma beleza comum o quadro imponente que as contém e o dia de felicidade que as ilumina.

E acrescenta:

A comunidade de Campan está situada no limite da zona primária axial dos Pireneus. Ilhotas de rochas antigas (hercinianas) afloram de uma parte e outra do Adour, mas principalmente ao sul do vale. Ele oferece, então, uma enorme variedade de terreno; rochas graníticas, medíocres pastagens – xistos, às vezes, favoráveis, especialmente sobre a garganta de Tourmalet que liga Campan a Barèges – calcárias devonianas portadoras de pradarias magníficas, especialmente sobre a garganta do Aspin que liga Campan a Arreau (vale de Aure) (Lefebvre, H., 2011, p. 112-113).

Na gênese dessas descrições de Campan, revelam-se diferentes temporalidades, nas quais o leitor revive esses séculos. Diria que o autor se move por todas as categorias,¹¹ acompanha longamente as práticas socioespaciais – lutas violentas e processuais – para desenvolver conceitos importantes que se formam lentamente e que às vezes se universalizam e noutras, se realizam mais diretamente como *abstrações concretas*. Esse caminho de interpretação poderia nos levar a uma análise romântica dessas condições históricas descritas. Contudo, estão exatamente a evidenciar que a pesquisa aqui se apropria daquilo que existe de mais particular, do detalhe e retorna como análise reflexiva a exigir as condições e o contexto em que essas descrições estão inseridas. Isso pode ser visualizado na forma como os extratos de Ramond são utilizados ao longo da tese, “especulação” (Hegel, 1995) recorrente em que se coloca em repouso momentos essenciais e, noutro instante, retoma-se potencializando-os, por exemplo, ao transformar criticamente os extratos de Ramond em algo idílico, num quadro, numa estrutura

9 Expressão com que Simmel se refere aos escritos (método) de Lukács (Löwy, 1979).

10 RAMOND, L. F. E. *Carnets Pyrénéens*. Publiés par Le Bondidier. Lourdes: De Echanguelle, 1931.

11 O sentido especulativo é um movimento – método – sólido na história da filosofia. Hegel chega por intermédio das categorias da existência, qualidade, finitude e infinitude, unidade e multiplicidade, quantidade e medida ao conceito de essência. Move-se por todas essas categorias. Esse movimento de especulações/proposições expõe na sua forma subjetiva a objetividade do processo de pesquisa, portanto, de busca. Windelband (1955) corrobora essa compreensão.

presentificando temporalidades. Por outro lado, essa descrição, enquanto fenômeno é o que se nos apresenta e isso pode ser inteiramente interpretado como momento da análise, na medida em que está como realidade posta. Essa totalidade posta, essa descrição ausente de contradição, que se manifesta, procura aparecer como Campan, a saber, sintetizar o vale. Contudo, para Lefebvre, se estabelece o fenômeno na condição de momento analítico, ou seja, como método de análise e de exposição do autor. E isso faz com que Henri Lefebvre consiga negar e superar esta independência refletida,¹² embora existente, das partes refletidas e nos ofereça a superação disso como totalidade social na reconstituição analítica de Campan.

A cristalização desse primeiro momento – descrição – poderia nos levar a falsas conclusões e tomar a independência desse ser particular, compreendendo-a como particularismo, primitivismo e, mesmo, isoladamente. Além disso, se, de um lado, esse percurso não nos é dito, por outro, fica-nos bastante esclarecedor quando:

Esse vale manteve, durante muito tempo, uma originalidade, uma independência de fato quase completa. Ele foi, durante muito tempo, uma verdadeira república pastoril quase autônoma, um “vale livre”, um desses pequenos Estados pirenaicos arcaicos dos quais Andorra permanece a última testemunha. Mas, ao mesmo tempo, ele nunca foi isolado, separado da história geral da província (Bigorre e Navarre), da região (sudoeste, domínio de antigas assembleias de Toulouse e Pau), da maior parte de Auch, da França. Por todas essas razões e por outras que aparecerão a seguir, ele merece um estudo particular (em relação com o estudo das comunidades pirenaicas, ao estudo da comunidade camponesa em geral) (Lefebvre, H., 2011, p. 112).

O desenvolvimento temporal do fenômeno aqui na pesquisa não se faz de forma contínua, ou seja, sua gênese não se estabelece como passagem, mas como ruptura e o que rompeu se põe como momento e se constitui como elemento particularizador do presente. Portanto, a condição comunal significa, em termos de ruptura, sua reprodução social como fundamentação do real posto.

A pesquisa sobre o Vale de Campan faz-nos demorar sobre uma unidade muito sólida descoberta por Henri Lefebvre. Essa unidade guardou como sua gênese, antigas formas de trabalho com a terra, rebanhos, por conseguinte, coletivos. Terras que simultaneamente pertenciam à família, à comunidade e ao senhor, sob também diferentes títulos, assim como rebanhos pertencentes à comunidade (coletivos).¹³ Essas relações se, por um lado, podem ser

12 A ideia de momento como parte da análise do movimento dialético, compreendo como noção essencial na superação dos fenômenos que se mostram como totais/totalitários. Essa superação nada mais é do que compreender o modo pelo qual eles aparecem e se negam. O que nada mais é do que compreender a apresentação da *independência das partes*, o que muitas vezes é reflexo de algo que não foi totalmente descoberto e, portanto, superado. O autor se utiliza desses momentos, mas não necessariamente fala sobre eles – simplesmente os supera. A “independência refletida” (o ser contido) é uma das formas de aparição da totalidade, expondo a relação do todo com as partes, como se a forma da aparência já fosse o todo, o que a dialética de Hegel e a história em Henri Lefebvre (2011) não aceitam. Para Henri Lefebvre, com base nos escritos de Hegel, é um movimento da realidade e do conceito, que requer uma intervenção importante do negativo como momento de desalienação e nova alienação (Lefebvre, H., 1967).

13 Os rebanhos foram quase sempre coletivos em Campan. A exceção – formas particulares de criação – foi a criação de ovinos. Sua incorporação às pastagens campanenses redefiniu tanto atividades coletivas quanto impostos. Além disso, sua ampliação – outros criadores e comércio – retirou dos pobres o pastoreio livre e exigiu a obrigatoriedade do pagamento de tributos. Fato que levou ao acúmulo de impostos e a quase extinção do pastoreio por parte dos pequenos criadores.

pensadas como familiares – e o autor encontrou as condições necessárias para que assim as apontasse –, por outro, estão a evidenciar, sob modos de produção específicos, que as transformações no seio desta unidade ligam-se ao próprio sentido que ganhou a terra ao longo do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção como parte da contradição interna pensada pelo mesmo.

As relações de trabalho familiar – ainda que dividindo parte do trabalho com os tributos pagos ao senhor feudal, como rendas, mediante antigas formas de enfeudação (perpétua) – definiam uma espécie de estrutura familiar em que mulheres, crianças e chefes das casas produziam a partir dessas divisões espacialmente determinadas, de uma divisão comunal do trabalho consolidada, conforme os *costumes*. Costumes que também conservavam a terra como indivisa, que mantinham na figura dos *caçulas* os bens indivisos, fossem estes mobiliários e imobiliários. Isso fortemente onde o costumeiro se fazia mais presente que o direito costumeiro.

Costume e direito: formas de propriedade e o Vale de Campan

Assim, a pesquisa não seria escrita de outra forma senão evidenciando a contradição interna em que se davam “relações novas de propriedade se formando apoiadas em relações anteriores, amadurecendo nelas, mas em conflito?” (Lefebvre, H., 2011, p. 143-144), ou seja, no conflito entre comunidades agropastoris, comunidades ‘camponesas’ e antigos pastores, com as suas posses submetidas à refeudalização, por meio da expansão dos domínios senhoriais. E mais, na luta entre comunidades, na territorialização de novas pastagens, sob a expansão dos domínios entre senhores e camponeses, comunidade e comunidade. E, por último, da comunidade com a burguesia¹⁴ local, esta nascida no seio da comunidade e integrada ao comércio mundial devido sua fronteira com o sul ao norte da Espanha. A comunidade era universal no vale de Campan.

A importância da luta aqui é também pensar que, na apropriação de um território (na contradição histórica coletivo/particular), a ruptura se fará das práticas herdadas e materializadas ao longo das lutas seculares entre as comunidades e que os conteúdos sociais dessas lutas se deslocam, assim como as práticas e, nisto, todos buscam se apropriar do conjunto de seu território: “O direito de pastagem é só uma parte de diversos usos, cujo conjunto faz o domínio útil” (Lefebvre, H., 2011, p. 61). De modo que a luta pela integridade do território pode ser analiticamente diferenciada na medida em que, de um lado, as comunidades têm, como primeiro momento, seus usos redefinidos. Isso pode ser pensado a partir do instante em que, para a manutenção de suas práticas espaciais, foi necessária a constituição de um texto escrito, apropriando-se, assim, das jurisdições do direito romano, o que resulta no direito costumeiro e, posteriormente, positivo. O texto escrito nasce como necessidade dos subordinados, como seguridade de suas conquistas milenares. Por

14 Essa classe de burgueses, Georges Lefebvre (1963) identifica ao discutir a Revolução Francesa. Nesse período, a classe dos burgueses rurais já estava constituída nas comunas pirenaicas de modo a exigir, nos moldes dos direitos feudais, a concessão de privilégios, aliás, formou-se em detrimento das liberdades comunais, sob esses mesmos privilégios locais. Formada, destituiu a própria comunidade na medida em que reproduziu, no plano dos decretos e leis, as heranças feudais e foi, em si, a mais pura representação do Estado constituído no seio da comunidade, sua reprodução.

outro, as condições histórico-sociais dessas comunidades não mais correspondiam àquela unidade encontrada noutros momentos como realização de uma totalidade, a não ser como representação escrita, na forma jurídica.

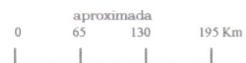
Essas comunidades sofriam a imposição dos decretos senhoriais – em sempre aumentar seus domínios e, com isso, o número de rebanhos, em especial, sobre os campos vazios – e as deliberações internas da comunidade. Isso está diretamente relacionado com a própria redefinição de riqueza, pois, na medida em que se tem uma maior mobilização dos bens e que se combinam formas antigas e modernas que vão dos atributos gado – considerada riqueza inicial – aos da terra e, enfim, deslocando-se para os bens mobiliários, tal combinação de formas acumulativas exige conteúdos diversos e, conseqüentemente, produz novos conflitos.

Esse processo social, que tem na acumulação/mobilização dos bens o elemento riqueza, como nova forma econômica social, exigirá também novos impostos e, para isso, as comunidades agropastoris estão também a exigir novas pastagens, para novos rebanhos e, cada vez maiores, derivando-se novos conflitos processuais, usurpações, a saber, a luta entre Campan e Bagnères, resultante da sobreposição de práticas, de antigos títulos, limites. São relações econômico-sociais que evidenciam processos descontínuos em que, contraditoriamente, as novas relações se combinam às antigas. As altas montanhas de Bagnères, acessíveis somente pela estrada do Tourmalet, isto é, de Campan e, este, da mesma forma, com conflitos em diferentes usos, com 87 hectares fora de seu território sobre Asté e 2.404 hectares sobre Bagnères. Campan guardava os mesmos conteúdos de uma comunidade camponesa com terras, rebanhos e direitos de uso. Mas, isso exigia a necessidade de sua reprodução como tal, na sua luta para a realização das práticas de percursos dos rebanhos, da terra cultivável, do uso das áreas comuns, enfim, por uma “organização pastoril tradicional” com o uso do conjunto de seu vale.

A luta, portanto, se fará pela conquista das fronteiras naturais, das vertentes, do conjunto do vale; pela legitimação de antigas posses; pela prática pastoril livre e coletiva combinada à agricultura; contra o aumento dos impostos, a criação de novos e pela igualdade dos mesmos; mas também pela apropriação das áreas de fronteira (o Mapa 2 expressa a segmentação desses domínios), estratégicas para – tal o significado da estrada de Tourmalet interna às delimitações de Campan – percursos, o comércio por meio do escoamento de mercadorias, a venda, pois pode-se perceber, ao longo da constituição de suas condições históricas, o nascimento dos comerciantes, a presença do dinheiro como nova riqueza móvel. Riqueza que potencializa a mobilização dos bens, tanto móvel, quanto imóvel. Surge uma nova classe destas mesmas condições materiais e que impossibilita a sua incorporação (como membro pagante) no seio da comunidade de direito, a qual escapa à cobrança dos impostos. Nova classe que coloca em debate antigas formas de aquisição dos impostos fixados com pagamentos em terra e gado. Portanto, novas deliberações. Exige-se, de certa forma, não apenas uma fixidez patrimonial, mas familiar,¹⁵ esta não mais correspondente às leis comunais originárias dos vales.

15 Alguns impostos eram cobrados pelo número de domicílios, famílias (fogos).

Mapa 2 – França – antigas províncias



Fonte: *France Politique*, 1:1.000.000, Collection des Cartes Murales de la Librairie Hatier (Collection Jean Brunhes), n. 12, por P. Kaepelin e Ed. Bruley, Paris, 1968; *France Minérale*, 1:1.000.000, Collection des Cartes Murales de la Librairie Hatier (Collection Jean Brunhes), n. 32, por Jean Brunhes e C. Robert Müller, Paris, 1968; AUGÉ, Claude et Paul, *Nouveau Petit Larousse Illustré. Dictionnaire Encyclopédique*, Paris, 1955.

Organizadores: Anselmo Alfredo, Ana Cristina Mota Silva, fev/2007.

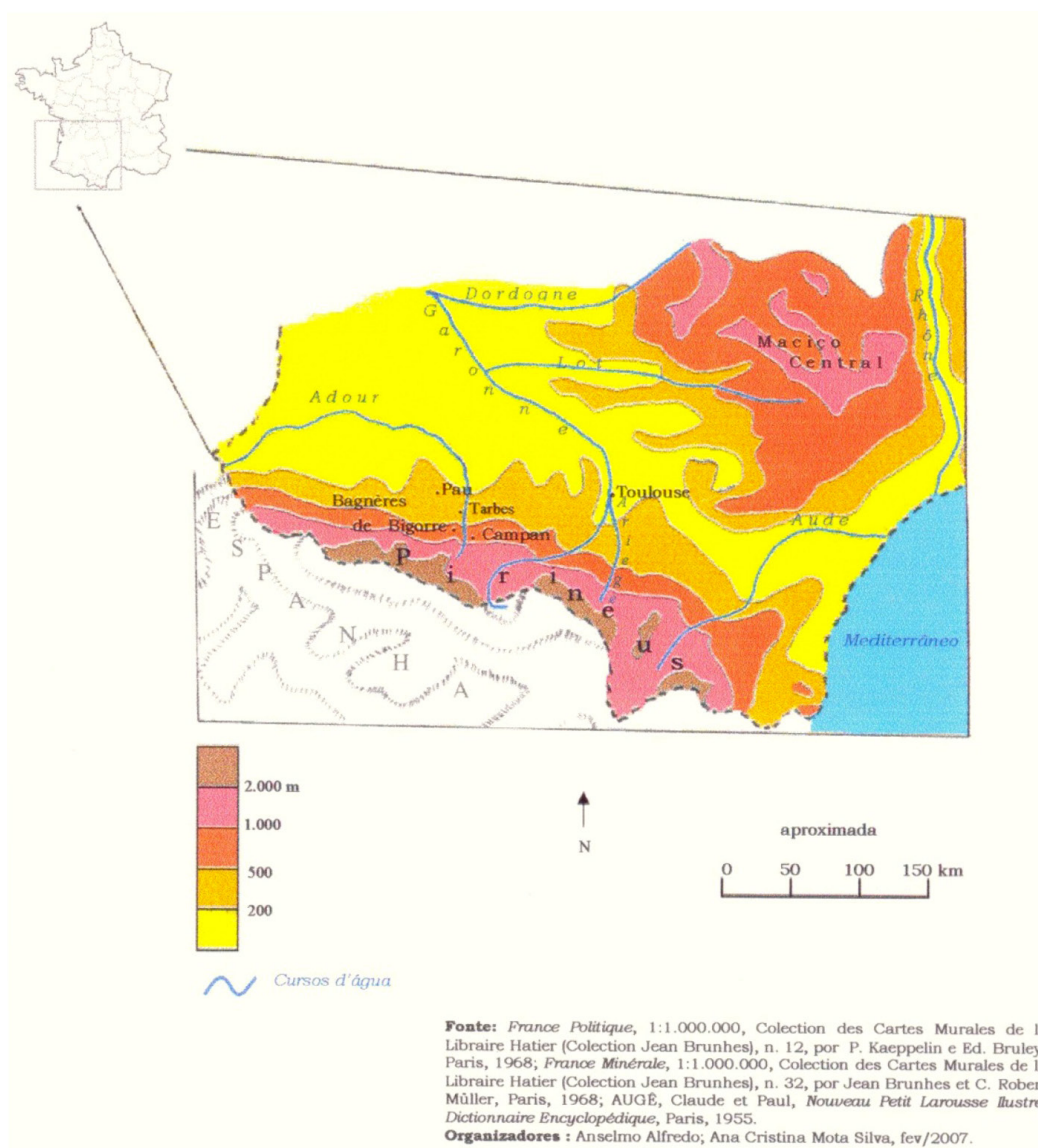
Assim, observa-se um movimento dialético em que a necessidade de garantir em direito comunal o que era prática comunal (*costumeira*) transparece na legitimação de uma institucionalidade que, ao mesmo tempo, garantia da comuna, faz dela a fundamentação de um Estado, ou seja, daquilo que se a contrapõe porque no direito representa o que já não mais é o comunal – fundamentando a presença de homens e cargos no e do Estado que têm no comunal, contraditoriamente, a sua efetividade moderna. Por conseguinte, como direito comunal. Este, ao garanti-la em direito escrito, ao mesmo tempo em que a afirma, destitui a comunidade. Luta das práticas comunais que revela uma dialética entre continuidade e descontinuidade própria do pensamento de Henri Lefebvre.¹⁶ A reprodução, portanto, é a posição do momento que, ao sintetizar passado e presente como processo, põe no comunal a condição fundante daquilo que o nega.

¹⁶ A dialética da *continuidade e descontinuidade* foi constituída anos antes da tese e foi pensada no instante em que o autor escrevia sobre a *teoria dos processos e dos momentos*, mais precisamente na *Crítica da vida cotidiana* (1963), escritos posteriores a 1958. A ideia de duração ínfima e a necessidade de um *continuum* histórico, essa tensão, comporta o que o autor denomina *contradição interna*, mas como contradição lógica e histórica.

O autor encontra uma divisão social (espacial) do trabalho como inerente à família, naturalmente desenvolvida, no primeiro momento, mas não encontra nas relações de trabalho uma produção de mercadorias e sim formas de sociabilidade imediatas, relações diretas. Contudo, as condições desta produção estão pressupostas como ameaça a essa imediatidade. Os produtos e trabalhos não necessariamente assumem a forma fantástica (mercado-ria) (Marx, 1988), pois se realizam como pagamentos *in natura*, como rendas, na condição da dependência pessoal.

O mapa hipsométrico do sul da França (Mapa 3) permite discriminar melhor as formas de relevo nos Pireneus franceses e, assim, compreender o percurso do gado às pastagens no vale de Campan. Lembremos que as altitudes eram elementos de diferentes pastagens em diferentes épocas do ano e, mesmo comunal, foi objeto de disputa anexadora pelo feudal. Até transformá-la em título feudal, então do direito costumeiro, e não mais do costume. De qualquer modo, tal diversidade é objeto das disputas e formações territoriais que figuram no Mapa 3, e situa Campan nessa simultaneidade.

Mapa 3 – Sul da França



Nas comunidades originárias, voltadas ao cultivo das terras parcelares e à prática dos percursos com o gado (Mapa 3), há uma apropriação quase completa e concreta de tudo que se poderia aproveitar do gado, desde a sua presença nas áreas tonsuradas, momentos antes do plantio, para adubá-las e após a colheita como aproveitamento dos pastos para redução do trabalho familiar, até a venda da manteiga e do queijo desses animais, dentre outras. Essa prática esclarece a combinação da atividade pastoril à da terra, sintetizando as práticas das comunidades camponesas. Henri Lefebvre encontra em Campan a prática dos percursos, alternância de pastagens, datas de subida e descida dos rebanhos às pastagens estipuladas pela comunidade. Percursos territorializados ao longo das estações e respeito por esses pastores a esses costumes. Acima de tudo, no desenvolver desse processo histórico, encontra Henri Lefebvre percursos e impostos temporalmente descritos, definidos, demarcados diariamente e, por conseguinte, redefinidos espaço-temporalmente.

O autor encontra também comunidades obrigadas a deixar a atividade agropastoril, a se entregar ao comércio, a avançar em direção às terras espanholas em busca de trabalho na meia estação, especialmente no XIV e no XV, séculos de guerras e epidemias, quando, na crise da reprodução, se tornam usuários¹⁷ de suas próprias posses e proletários em fábricas recém-construídas. Encontra, ao longo desse período, a transformação de pastores em agricultores pagadores de impostos obrigados a produzir para o comércio como uma tentativa de reprodução social camponesa e superação da crise, uma classe - pobres - que não mais paga os impostos decretados e expulsos das comunidades. E, junto com o autor, encontramos aos poucos a formação, nas comunas, de grupos de desapropriados, a separação do pastor-agricultor, ou seja, das atividades camponesas ameaçadas nas condições de uma acumulação primitiva, a formar o “proletário-camponês”.

Assim, no momento em que a terra participa diretamente como um patrimônio alienável, se mobilizam violenta e diretamente as antigas formas de produção como contradição imanente dessas novas formas. As enfeudações realizam-se como locação e, igualmente, a renda ligando o rebanho à terra, com pagamentos em dinheiro, particular transição do modo de produção feudal ao capitalista. Contudo, pontua o autor: “Mas os conceitos de renda fundiária, de locação, de propriedade desenvolvem-se só muito lentamente” (Lefebvre, H., 2011, p. 143).

Se a medida da riqueza inicialmente recaía sobre o gado e, em seguida, sobre o patrimônio terra, por último, forma-se um novo grupo e novos patrimônios em que a materialidade até então encontrada (rebanhos e terras) tornar-se-á ausente e essa medida será, então, definida pelo novo patrimônio (dinheiro), gerando dois problemas para a comunidade. Primeiro, a possibilidade de constituição da burguesia local que já dominava no século XVII

17 Esse fato é extremamente importante, pois ocorre com o arrendamento em feudos de 1096, consentido A Campan pelo conde de Bigorre, pelo qual pagam por essa enfeudação um albergue de 46 libras e 11 soles à Nação, transação reconhecida em 1665. Mas, em 1725, um decreto arremata as propriedades desses habitantes sobre a montanha litigiosa e, sem ver o título de enfeudação de 1096 e a mesma transação, dá os habitantes de Aure como verdadeiros proprietários, ficando os de Campan como simples usuários, enfeudatários e devedores do albergue. Houve, nesse caso, uma inversão dos direitos. Posteriormente, Campan retoma os direitos de posse sobre essa montanha. Isso faz lembrar que as relações jurídicas não podem ser analisadas hipostasiando a realidade a que estão submetidas, isto é, a relações econômicas e sociais. Do mesmo modo, as formas de Estado (Marx, 1973).

e submetia a si a comunidade, pois se torna majoritária da riqueza local. A partir daqui, a comunidade, representada por este novo grupo, burgueses do Estado, passa a se constituir como elemento que fundamenta a circulação da riqueza monetária. Paga-se, enfim, para manter-se comunidade. O patrimônio dinheiro, como representante geral, possibilita a formação de uma representação político-institucional pelos então burgueses: “[...] não se pode passar deles, ou seja, de seus capitais pessoais, que se tornam os fundos de circulação da comunidade” (Lefebvre, H., 2011, p. 249-250). A comunidade circula como e no dinheiro, contradição posta entre continuidade e descontinuidade.

Como segundo problema, a entrada, por intermédio dessa burguesia, de um Estado que se formava com forte herança monárquica. É nesse íterim que a comunidade, para continuar presente como tal, voltará ao rigor do direito positivo para se reafirmar como comunidade consciente de seus limites territoriais, de seus usos e das enfeudações perpétuas (domínio útil) e que não mais pode ser entendida por sua prática de percursos, pela igualdade das parcelas definidas quando ainda não era possível vislumbrar essas diferenças patrimoniais e, enfim, quando se podiam encontrar terra e rebanho coletivos e o pastor-agricultor: o camponês. “A igualdade das parcelas parece indicar que a partilha foi anterior às diferenças de riqueza” (Lefebvre, H., 2011, p. 133).

Considerações finais

Os conflitos e as lutas atravessam milênios e reafirmam o sentido dos processos históricos entendidos a partir das contradições espaço-temporais que, de imediato, não saltam aos olhos desse pesquisador – é ele que as procura. Lega-nos a compreensão paciente da formação dos conceitos. Para isso, basta observar as condições, as mais abstratas em que a terra está inserida, e a revelar-se como *momentos* de formação da propriedade privada da terra, um conceito que não nos ocorre de imediato, pois é constituído. Contudo, como constituição incompleta, pois as condições lógicas e históricas da formação da propriedade privada da terra comportam a contradição interna de uma formação incompleta. Isso também pode ser vislumbrado com relação ao conceito de território em seu sentido mais “revolucionário” – com dupla determinação –, aquele em si e para si contraditório: luta por novas posses, pela reprodução do trabalho coletivo, das práticas de uso comum, pela integridade de seu território sempre ameaçado e, igualmente, luta pela territorialização, pelo aumento dos domínios, das fronteiras e – por que não? – conceito que se forma ao longo da tese, pacientemente, porque respeita a constituição das condições objetivas dessa formação como prática têmico-espacial. Esse legado é inerente à tese, revelador de um processo social. O território “para uso e abuso”¹⁸ dos geógrafos!

18 Parafrazeando o filósofo, “‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos” (Giannotti, 1985).

Referências

- ALFREDO, A. *Região e regionalização: um percurso na história do pensamento geográfico e a transformação do conceito no interior da dinâmica capitalista recente*. São Paulo, 2000. p. 1-33. (mimeo)
- AZEVEDO, A. A geografia francesa e a geração dos anos setenta. *Boletim Paulista de Geografia (BPG)*, São Paulo: AGB, n. 50, p. 7-28, mar. 1976.
- GEORGE, P. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.). *Vida rural e mudança social*. 2. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. v. 46. p. 18-31.
- GIANNOTTI, J. A. *Desafios recorrentes: uma duplicidade inicial*. São Paulo, 1997. p. 1-86. (mimeo)
- _____. *Filosofia miúda e demais aventuras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830): a ciência da lógica*. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Loyola, 1995. v. I.
- HEGEL, G. W. F. *Ciencia de la lógica*. Trad. Augusta e Rodolfo Mondolfo. 4. ed. Argentina: Solar/Hachette, 1976.
- HESS, R. *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*. Paris: A. M. Métailié, 1988.
- LEFEBVRE, G. *Études sur la révolution française*. 2. ed. Paris: 1963.
- LEFEBVRE, H. *O Vale de Campan: estudo de sociologia rural*. Trad. Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: Edusp, 2011.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.
- _____. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Martins, 1975.
- _____. *El materialismo dialéctico*. Trad. Ruben A. N. Laforte. Buenos Aires: La Pléyade, 1971.
- _____. *El marxismo sin mitos: obras de Henri Lefebvre (posteriores a 1958)*. Trad. German Sanchez Cerro [ant.]. Buenos Aires: APL, 1967. v. I.
- LÖWY, M. Como um intelectual se torna revolucionário: Lukács (1909-1919). In: _____. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: Lech, 1979. p. 93-139.
- LOURAU, R. Préface – L'espace Henri Lefebvre. *Pyrénées*, Pau: Cairn, 2000. p. 9-13.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-23.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARX, K. *O capital*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- _____. *Contribuição para a crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1973.

MEGALE, J. F. (Org.). *Sorre Maximilien: geografia*. São Paulo: Ática, 1984.

WINDELBAND, W. *Historia de la filosofía moderna en su relación con la cultura general y las ciencias particulares*. Trad. Elsa Tabernig. Buenos Aires: Nova, 1955. v. II.